

Curso de Formação para o cargo de Analista de
Planejamento e Orçamento (APO)
17ª edição – 2012

Proposta curricular

Brasília, dezembro de 2011

Proposta curricular do Curso de Formação Inicial para o cargo de Analista de Planejamento e Orçamento (APO) 17ª edição – 2012

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução | 3 |
| I – O Curso de Formação | 4 |
| Objetivo Geral | 4 |
| Objetivos Específicos | 5 |
| II - Estrutura do Programa | 6 |
| Eixo 1 - Estado, Sociedade e Democracia | 6 |
| Eixo 2 - Economia e Desenvolvimento | 6 |
| Eixo 3 - Administração Pública | 7 |
| Eixo 4- Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira | 7 |
| III – Metodologia | 8 |
| IV – Conteúdo Programático | 11 |
| Eixo 1 - Estado, Sociedade e Democracia | 11 |
| Eixo 2 - Economia e Desenvolvimento | 11 |
| Eixo 3 - Administração Pública | 13 |
| Eixo 4- Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira | 14 |
| Palestras e Visitas Técnicas | 18 |
| Equipe | 19 |

Introdução

O Curso de Formação para o Cargo de Analista de Planejamento e Orçamento corresponde à segunda etapa do concurso público para provimento do referido cargo, tendo caráter classificatório e eliminatório.

Este documento apresenta a proposta curricular do curso de formação inicial para os candidatos ao ingresso no cargo de APO, contempla os objetivos, a estrutura programática, a metodologia do Curso e as ementas, de forma a associar a importância do papel do analista ao objetivo superior do fortalecimento do governo e da Administração Pública no sentido da consolidação de um Estado democrático.

O cargo de Analista de Planejamento e Orçamento integra a carreira de Planejamento e Orçamento instituída pelo Decreto-lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987. É uma carreira do ciclo de gestão da Administração Pública Federal. O cargo de APO caracteriza-se pelo exercício de “atividades de nível superior, de complexidade e responsabilidade elevadas, compreendendo direção superior da administração orçamentária e planejamento público, assessoramento especializado, inclusive na área internacional, orientação e supervisão de auxiliares, abrangendo estudo, pesquisa, análise e interpretação da legislação econômico-fiscal, orçamentária, de planejamento, de pessoal e encargos sociais, com vistas à adequação da política de planejamento e orçamento ao desenvolvimento econômico; supervisão, coordenação e execução dos trabalhos referentes à elaboração, acompanhamento e revisão dos instrumentos legais de planejamento e orçamento (PPA, LDO e LOA); desenvolvimento dos trabalhos de articulação entre o planejamento e os orçamentos governamentais, modernização e informatização dos sistemas de planejamento e orçamento da União”.

Tendo em vista a abrangência e a complexidade das atividades do APO na Administração Pública Federal, bem como a dinâmica do contexto político, econômico, social e institucional e os objetivos governamentais de desenvolvimento e de democratização; a formação inicial do APO visa o desenvolvimento de competências para o enfrentamento dos desafios e conjunturas do setor público, fornecendo referenciais de análise técnica específicos, além de propiciar aos novos servidores uma visão global do funcionamento e da estrutura do Estado brasileiro e do processo de formulação e gestão de políticas públicas. Além disso, o curso procura ressaltar valores fundamentais relativos ao *ethos* público e desenvolver competências interpessoais necessárias ao exercício profissional posterior.

A presente proposta curricular foi elaborada com a contribuição, entre outros, de interlocutores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, especialmente da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) e foram considerados os resultados das avaliações de reação dos alunos, as observações da equipe de coordenação e de professores que participaram das edições anteriores do curso.

O início do curso está programado para 05 de janeiro de 2012 e terá duas partes. A primeira, de 240 horas, compreende a segunda etapa do concurso público, encerrando-se em 15 de fevereiro de 2012. A segunda parte é a continuidade do curso de formação que complementa as disciplinas e conteúdos realizados, de forma que esta edição do curso tenha a mesma carga horária e Eixos da turma anterior (16ª edição). Portanto, a duração total do curso será de 17 semanas, com carga horária total de 540 horas. Nesta turma de 2012, participarão do Curso de Formação 50 candidatos, aprovados na primeira etapa do concurso público.

I – O Curso de Formação

O curso alia formação profissional e seleção pública. O encadeamento das suas disciplinas e atividades é organizado por eixos estruturantes que integram os conteúdos diversificados e contemplam, de forma abrangente, as dimensões de gestão do ciclo de políticas públicas, do planejamento, do orçamento e da gestão governamental.

Os eixos foram organizados de forma a tratarem dos principais temas e problemas relacionados ao Governo Federal, tendo por referência o desafio da promoção da equidade e do desenvolvimento humano e social sustentáveis.

O curso será comum para as duas áreas do concurso: a área de Planejamento e Orçamento e a área de Tecnologia de Informação – TI, considerando que o concurso é para o Cargo de Analista de Planejamento e Orçamento, que tem suas atribuições definidas em legislação específica. O pressuposto é que os aprovados na primeira etapa do concurso para a área de TI tenham conhecimento prévio de TI no que se refere aos conteúdos cobrados na prova da primeira etapa do concurso e que necessitam de formação em matérias relacionadas ao campo do planejamento e orçamento públicos, objeto do curso de formação. Este conhecimento é fundamental para que o APO, com formação em TI, seja o planejador dos sistemas informatizados para elaboração e gestão do planejamento e orçamento governamental (SIOP, SIDOR e SIGPLAN, etc).

A proposta do Curso é contribuir para fortalecer a capacidade executiva do governo e de coordenação das ações governamentais nas políticas públicas, capacitando os alunos a trabalhar com a diversidade de atribuições e problemas concernentes à gestão governamental, sendo ele sujeito de seu desenvolvimento. Ao aluno caberá, ao longo do curso, dominar os marcos de análise e exercitar algumas situações de transposição e aplicação desse conhecimento, por meio de estudos de casos concretos, trabalhos aplicados e o exercício continuado de análise de programas de governo.

A formação inicial não pretende esgotar o universo das temáticas específicas com as quais os analistas se defrontarão nas diferentes áreas do Governo Federal, mas sim prepará-los para pensar, agir e interagir estrategicamente visando à busca de resolução de problemas tendo em vista o melhor desempenho em prol dos cidadãos.

Para esta edição do curso mantiveram-se os ajustes na proposta curricular, implementados na 16ª edição, a partir das discussões realizadas entre ENAP, SOF e SPI, no sentido do fortalecimento dos conteúdos voltados para desenvolver capacidade de planejamento governamental, da visão de conjunto e da aplicação das dimensões planejamento e orçamento. Neste sentido, destaca-se a inclusão de trabalho aplicado ao longo do eixo 4 – Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira, em que os alunos, em duplas, desenvolverão análise de coerência, viabilidade e de desempenho dos planos e programas de governo, à luz da estratégia de desenvolvimento, dos objetivos estratégicos governamentais, dos objetivos macroeconômicos e aos parâmetros de qualidade do gasto público.

Objetivo do Curso

O Curso de Formação para Analista de Planejamento e Orçamento tem por objetivo selecionar e preparar quadros de alto nível para a Administração Pública Federal, em conformidade com a política estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Objetivo Geral de Aprendizagem

Após o Curso de Formação, o aluno deverá estar apto a utilizar conhecimentos sobre a realidade nacional, marcos teóricos e instrumentos necessários ao exercício do cargo, considerando a visão abrangente, integrada e prospectiva das funções planejamento, orçamento e finanças na gestão pública e com vistas ao aperfeiçoamento da Administração Pública para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Objetivos Específicos

São objetivos específicos do Curso de Formação:

- Favorecer o desenvolvimento da capacidade de análise sobre os problemas com os quais os governos e seus diversos órgãos lidam, entendendo-os como resultado de múltiplas determinações, visando à identificação de prioridades e de alternativas de solução para a tomada de decisões.
- Promover o desenvolvimento de uma visão sistêmica da gestão governamental, integrando as funções de coordenação, planejamento e orçamento, com foco em resultados.
- Proporcionar oportunidades de conhecimento de instrumentos compatíveis com a gestão estratégica das organizações públicas e com as funções de coordenação, controle e avaliação de resultados.
- Contribuir para o desenvolvimento de competências para a atuação nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública.
- Fomentar o desenvolvimento de habilidades no aluno para atuar com diferentes níveis de organizações governamentais, da sociedade civil e do setor privado, visando potencializar o impacto das ações do Governo.
- Favorecer a capacidade de trabalhar em equipe de forma colaborativa.
- Proporcionar o debate sobre temas estratégicos para a promoção do desenvolvimento brasileiro.
- Incentivar a adoção de atitudes éticas compatíveis com o desempenho da função pública.

II - Estrutura do Programa

O conteúdo do Curso de Formação de Analista de Planejamento e Orçamento está estruturado em quatro eixos programáticos:

1. Estado, Sociedade e Democracia
2. Economia e Desenvolvimento
3. Administração Pública
4. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

Os eixos programáticos constituem-se como marcos analíticos multidisciplinares, integrados de forma a oferecer uma visão de conjunto do funcionamento do Estado brasileiro, abordando temas pertinentes ao exercício profissional e à agenda de governo.

O conteúdo dos eixos é antecedido por um bloco de Atividades Introdutórias, cujos objetivos são: apresentar o contexto e os objetivos do Curso, bem como seu programa e regulamento; apresentar o contexto institucional da carreira; e promover a integração dos participantes, estabelecendo um contrato de relacionamento e produtividade para o período de convivência.

Ao longo do curso serão realizadas atividades complementares, como palestras e seminários sobre temas atuais da agenda governamental, nos quais se abordarão dimensões pertinentes aos valores e competências requeridos para o exercício profissional dos servidores, além de visitas técnicas aos órgãos do governo federal em que o futuro Analista de Planejamento e Orçamento deverá desenvolver suas atribuições. Será oferecido, ainda, curso à distância sobre Comunicação Escrita em Governo, que propiciará uma revisão de redação oficial.

EIXO 1 - Estado, Sociedade e Democracia

Este eixo norteia o conjunto de disciplinas e atividades que permitem refletir sobre: a) as transformações do Estado contemporâneo e as mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade; b) o sistema político brasileiro; c) a estrutura constitucional e funcionamento do Estado brasileiro; d) a organização política da sociedade no processo de construção e fortalecimento da democracia e da cidadania.

Objetivos Específicos

- Analisar as mudanças políticas e institucionais recentes nas relações entre a sociedade e o Estado e discutir seu significado para ampliação dos direitos dos cidadãos.
- Analisar a participação da sociedade civil como condição para fortalecer a democracia e promover o desenvolvimento.
- Compreender as características e o funcionamento do sistema político brasileiro e suas implicações na produção e nos resultados das políticas públicas.

EIXO 2 - Economia e Desenvolvimento

Este eixo norteia o conjunto de disciplinas e atividades que permitem: a) situar o debate econômico atual e as perspectivas da economia brasileira e mundial; b) refletir sobre

condicionantes econômicos na formulação e implementação das políticas públicas; c) analisar o debate contemporâneo sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

Objetivos específicos

- Analisar a economia brasileira contemporânea e o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas para redução das desigualdades socioespaciais e alcance dos objetivos da estabilidade e do desenvolvimento sustentável.
- Identificar as dinâmicas que influenciam o comportamento da economia mundial e os seus impactos sobre a economia brasileira.
- Compreender os principais conceitos, fundamentos e instrumentos de intervenção do Estado na economia.
- Analisar a realidade fiscal no Brasil à luz dos condicionantes do financiamento do Estado.
- Analisar as políticas de regulação e defesa da concorrência no Brasil.

EIXO 3 - Administração Pública

Este eixo norteia o conjunto de disciplinas e atividades que permitem: a) desenvolver os principais marcos teóricos necessários a uma compreensão crítica da Administração Pública contemporânea; b) conhecer a organização e funcionamento do setor público; c) desenvolver os conhecimentos e instrumentos básicos necessários para a atuação nas áreas de planejamento e orçamento da Administração Pública Federal, bem como outras referentes ao ciclo de gestão.

Objetivos Específicos

- Debater as principais concepções teóricas da administração pública contemporânea em relação às reformas empreendidas no Brasil e no mundo.
- Compreender o papel do servidor e da administração pública face aos desafios da promoção do desenvolvimento sustentado e da cidadania.
- Desenvolver uma visão de conjunto da complexa realidade institucional em que o servidor atuará.
- Identificar os principais sistemas e tecnologias da Administração Pública Federal brasileira e sua importância para a melhoria da gestão pública.
- Conhecer as bases do marco jurídico da Administração Pública brasileira para aplicá-lo ao cotidiano da gestão.
- Refletir sobre os valores éticos inerentes às questões relacionadas ao interesse público.

EIXO 4 - Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

Este eixo aborda conteúdos diretamente relacionados ao exercício profissional dos ocupantes do cargo de Analista de Planejamento e Orçamento, proporcionando uma visão integrada do planejamento, orçamento e gestão das políticas públicas.

Objetivos Específicos

- Oferecer uma visão de conjunto do campo do planejamento, orçamento e gestão governamental.

- Analisar os modelos de políticas públicas e os métodos de planejamento e orçamento, propiciando reflexão integrada e crítica de suas dimensões.
- Conhecer os principais programas e políticas públicas do governo e debater seus principais problemas e possibilidades.
- Conhecer instrumentos e métodos de planejamento e orçamento, buscando aplicá-los a situações concretas pertinentes ao processo de formulação, implementação e avaliação de programas governamentais.
- Apresentar o sistema orçamentário brasileiro enfatizando seus marcos conceituais, sua estruturação e os instrumentos empregados na sua elaboração e operação.

III - Metodologia

O Curso de Formação de APO tem caráter complementar à primeira etapa do concurso público e tem por objetivo fornecer a formação inicial básica para o exercício profissional na carreira. Com este intuito, as atividades visam assegurar o domínio dos conhecimentos, com ênfase na sua aplicação e transposição para situações concretas do setor público.

O curso é desenvolvido por meio de estratégias que viabilizam ambiente de aprendizagem para que os participantes construam conhecimento, articulando teorias, conceitos e instrumentos a situações típicas da gestão governamental, com incentivo à interação entre pares e com professores e monitores.

São utilizadas diversas estratégias didático-pedagógicas para promover a articulação de diferentes conteúdos em uma abordagem multidisciplinar sobre a ação do analista, tais como: leituras orientadas, debates, estudo de casos, simulações, oficinas, trabalhos individuais ou em grupo, visitas e outras atividades similares.

Outro princípio pedagógico relaciona-se ao aproveitamento da experiência e conhecimento trazidos pelos participantes, principalmente nas atividades em grupo. Esse tipo de atividade privilegia formas de cooperação interdisciplinares, favorecendo o aprendizado coletivo do grupo, e preparando os profissionais para o trabalho conjunto na área pública.

Com base nas diretrizes da organicidade entre as disciplinas, da aplicabilidade dos conceitos e instrumentos nas atividades profissionais, e da complementaridade e equilíbrio entre referenciais teóricos e instrumentos de análise e de gestão; cada eixo programático é desenvolvido por meio de disciplinas focadas nos marcos teóricos e conceituais e sua transposição para situações concretas da gestão de governo.

Os Seminários e palestras são atividades complementares voltadas ao debate de temas candentes, inovadores ou polêmicos; à disseminação de novos referenciais e propostas; e à consolidação ou ampliação dos conteúdos e práticas desenvolvidos nos eixos programáticos.

Por tratar-se de concurso público, todas as regras para o curso estão disponíveis em Regulamento específico, aprovado por Portaria da ENAP, conforme previsto no item 1.2 do Edital ESAF nº 119, de 07 de dezembro de 2009.

O sistema de avaliação visa aferir a aprendizagem do aluno no curso, a partir de avaliações específicas realizadas em cada eixo. No início de cada eixo e disciplina, os alunos são informados sobre os respectivos instrumentos e os critérios de avaliação.

O quadro a seguir apresenta a estrutura curricular do curso, com a respectiva carga horária:

Quadro Resumo da 17ª edição do Curso de Formação para APO – 2012

Primeira Parte

Carga Horária Total: 240 horas

| Eixo | Disciplinas/ atividades |
|---|--|
| Atividades introdutórias (16h) | <ul style="list-style-type: none">• Recepção• Abertura e apresentação do curso, proposta curricular e regulamento, equipes e serviços da ENAP.• Encontro com APO em grupos.• Encontro com ASSECOR (voluntário)• Palestras:<ul style="list-style-type: none">– Apresentação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão– Apresentação das Secretarias (Secretaria de Orçamento Federal - SOF e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI)– Apresentação da Carreira de APO e sua Gestão |
| Estado, sociedade e democracia (52h) | D 1.1 – Estado contemporâneo e suas transformações (16h) D 1.2 – Democracia e cidadania no Brasil (16h) D 1.3 – Sistema político brasileiro (20h) |
| Economia e desenvolvimento (72h) | D 2.1 – Economia brasileira (24h) D 2.2 – Economia internacional (16h) D 2.3 – Economia do setor público (16h) D 2.4 – Economia da regulação e defesa da concorrência (16) |
| Administração Pública (68h) | D 3.1 – O debate contemporâneo da gestão pública (16h) D 3.2 – Administração pública brasileira (24h) D 3.3 – Fundamentos de Direito Público (20h) D 3.4 – Comunicação Escrita em Governo (8h) |
| Seminários, palestras e visitas técnicas (32h) | Seminários, palestras e visitas técnicas (32h) |

Quadro Resumo da 17ª edição do Curso de Formação para APO – 2012

Segunda Parte

Carga Horária Total: 300 horas

| Eixo | Disciplinas/ atividades |
|---|---|
| Planejamento e gestão orçamentária e financeira (296h) | D 4.1 – Introdução às políticas públicas (20h) |
| | D 4.2 – Planejamento estratégico governamental (24h) |
| | D 4.3 – Análise e interpretação de indicadores (16h) |
| | D 4.4 – Métodos de planejamento aplicados ao desenho de programas (20h) |
| | D 4.5 – Sistema de Planejamento Federal (32h) |
| | D 4.6 – Gestão, avaliação e revisão do PPA (20h) |
| | D 4.7 – Monitoramento e avaliação de políticas públicas (20h) |
| | D 4.8 – Bases conceituais e institucionais do orçamento (12h) |
| | D 4.9 – Sistema de orçamento federal (28h) |
| | D 4.10 – Aspectos fiscais: receita e necessidade de financiamento do governo central (20h) |
| | D 4.11 – Elaboração e programação orçamentária (40h) |
| | D 4.12 – Controle e avaliação da execução orçamentária e financeira (20h) |
| | Trabalho Aplicado (24h) - Elaboração do Trabalho (16h) - Apresentação do Trabalho (8h) |
| Palestras (4h) | Palestras (4h) |

IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Eixo 1: Estado, Sociedade e Democracia (52 horas)

D 1.1 – O Estado Contemporâneo e suas Transformações (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender as principais dimensões que definem o papel e as capacidades do Estado na sociedade contemporânea, assim como as mudanças políticas e institucionais recentes nas relações entre Estado e sociedade.

Ementa:

As transformações e tensões do Estado contemporâneo: autonomia e permeabilidade, coerção e coordenação, coesão e fragmentação. O debate contemporâneo acerca dos papéis do Estado em relação a questões como: nacionalismo, globalização, multiculturalismo e democracia.

D 1.2 – Democracia e Cidadania no Brasil (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a analisar os contextos específicos que marcaram a trajetória da construção da democracia e da cidadania, identificando as mudanças ocorridas nas relações entre Estado e sociedade.

Ementa:

Conceitos de cidadania, sociedade civil e democracia no pensamento político contemporâneo e mapeamento de suas diferentes interpretações. As principais experiências de participação social em curso no Brasil, tais como orçamentos participativos e conselhos de políticas públicas.

D 1.3 - Sistema Político Brasileiro (20h)

Objetivo:

Levar o aluno a desenvolver uma visão global dos condicionantes do sistema político brasileiro sobre o funcionamento da democracia no Brasil, as políticas públicas e o equilíbrio federativo.

Ementa:

Diagnóstico geral a respeito das instituições políticas brasileiras. Sistema eleitoral e seus impactos sobre o sistema partidário. Relações Executivo-Legislativo e a Organização Congressual no Brasil. O federalismo e seus impactos sobre o processo decisório. Judiciário e Política no Brasil.

Eixo 2: Economia e Desenvolvimento (72 horas)

D 2.1 – Economia Brasileira (24h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender o estágio atual do processo de desenvolvimento brasileiro com base em diferentes visões teóricas e à luz da história econômica recente.

Ementa:

O processo de desenvolvimento brasileiro via industrialização. A estabilização da economia: do Plano Real aos dias atuais. As políticas de desenvolvimento dos anos 90 e a crise do final da década. A política macroeconômica atual: fundamentos e principais resultados. Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza. O mercado interno como motor da expansão. A atual crise financeira: causas, desenvolvimento, políticas anticíclicas e situação do Brasil.

D 2.2 – Economia Internacional (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a discutir as principais questões contemporâneas da economia internacional, com o objetivo de oferecer instrumentos de análise e compreensão dos condicionantes e impactos do cenário internacional na economia nacional.

Ementa:

Noções de política cambial e de comércio exterior. Globalização e seus impactos nas economias nacionais. Multilateralismo (instituições financeiras multilaterais). Relações econômicas internacionais. Integração econômica (blocos econômicos). Perspectivas da economia mundial.

D 2.3 – Economia do Setor Público (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a: (i) identificar as falhas de mercado, tais como bens públicos, externalidades e poder de mercado, assim como as falhas de governo; (ii) compreender os confrontos entre equidade e eficiência nas decisões das políticas públicas; (iii) analisar as soluções públicas e privadas para as diversas falhas de mercado.

Ementa:

A necessidade do Estado. Externalidades e bens públicos. Padrões de intervenção do Estado e as funções econômicas: alocativa, distributiva e estabilizadora. Equidade e eficiência. O financiamento do Setor Público. Sistema Tributário Brasileiro. Política econômica: fiscal, monetária e cambial.

D 2.4 – Economia da Regulação e Defesa da Concorrência (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a: (i) identificar a racionalidade econômica da regulação setorial e da política de defesa da concorrência; (ii) conhecer os principais modelos de regulação econômica; (iii) discutir a aplicação de instrumentos da regulação econômica; (iv) conhecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e a aplicação da lei antitruste; (v) refletir sobre os limites e dificuldades da regulação econômica.

Ementa:

Motivação para a regulação. Regulação e política antitruste: conceitos e histórico. Teorias da regulação: análise normativa, teoria da captura e teoria econômica da regulação. Monopólio natural, leilão de franquia e regulação. Regulação de mercados potencialmente competitivos. Defesa da concorrência e legislação antitruste. Análises setoriais da regulação: setores de energia, telecomunicações, transportes, petróleo e saúde. Sistema brasileiro de defesa da concorrência: SEAE, CADE e SDE.

Eixo 3: Administração Pública (68 horas)

D 3.1 – O Debate Contemporâneo da Gestão Pública (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a reconhecer as tendências da gestão pública contemporânea.

Ementa:

Origens, definição, características e importância da burocracia clássica. As insuficiências do paradigma burocrático: problemas endógenos e exógenos. Resultados das reformas de gestão pública: balanço crítico. A Governança Pública e a rediscussão do papel da Administração Pública. Tendências atuais do debate: consensos, dúvidas e dilemas.

D 3.2 – Administração Pública Brasileira (24h)

Objetivo:

Levar o aluno a analisar os principais desafios para a gestão pública no Brasil contemporâneo.

Ementa:

Panorama da Administração Pública brasileira: aprendizados, desafios e tendências. Desempenho e *accountability* na Administração Pública brasileira: teoria e experiência. Os desafios da coordenação governamental de políticas públicas em um Estado federativo que busca avançar no caminho da governança.

D 3.3 – Fundamentos do Direito Público (20h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender o marco jurídico e os princípios da Administração Pública, bem como o debate atual em torno das novas tendências do direito administrativo.

Ementa:

Fundamentos constitucionais da Administração Pública brasileira. Estado Democrático de Direito: Visão panorâmica e instrumental do texto constitucional (direitos e garantias individuais, direitos sociais, serviço público e atividade econômica, ordem econômica, ordem social, controles da administração). Funções da Administração Pública. O interesse público. Disposições fundamentais do Art. 37 da Constituição Federal. Os princípios da Administração Pública na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Modalidades de serviços públicos. Conceitos legais do poder concedente. Concessão, permissão e autorização.

D 3.4 – Comunicação Escrita em Governo (8h)

Objetivo

Capacitar o aluno a redigir documentos correntes da comunicação oficial com clareza, concisão e objetividade, fazendo uso de regras da norma padrão da Língua Portuguesa e à luz das mudanças do processo de comunicação na Pós-modernidade.

Ementa

A correspondência oficial e a linguagem dos atos normativos. Estrutura e modelos de documentos oficiais (notas técnicas e ofícios). Os principais problemas da redação oficial e seus significados culturais. O essencial e o acessório na comunicação administrativa e oficial. Engenharia e arquitetura do texto. Questões gramaticais.

Observação: esta disciplina será desenvolvida a distância e ao longo do curso, em ambiente virtual de aprendizagem (ferramenta Moodle), de forma que os alunos exercitem sua capacidade de comunicação escrita para diversos objetivos nos processos de governo.

Eixo 4 - Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira (296 horas)

D 4.2 – Introdução às Políticas Públicas (20h)

Objetivo:

Levar o aluno a distinguir os principais modelos de análise no campo das políticas públicas e avaliar seus alcances para explicar o processo de produção de políticas públicas.

Ementa:

1. Introdução aos conceitos e evolução histórica da noção de políticas públicas. 2. Atributos das políticas públicas. O Processo de produção de políticas públicas: formação da agenda; formulação de políticas; implementação de políticas públicas; a importância da avaliação. 3. A dimensão organizacional das políticas públicas: redes e atores. 4. Modelos sobre o processo decisório nas políticas públicas. Outros modelos de análise de políticas públicas. 4. Introdução ao debate sobre critérios para análise e avaliação de políticas públicas. Indicadores nas Políticas Públicas.

D 4.2 – Planejamento Estratégico Governamental (24h)

Objetivo:

Levar o aluno a analisar o planejamento estratégico como uma ferramenta associada à gestão para o enfrentamento de problemas públicos complexos e alcance de objetivos estabelecidos pela agenda governamental.

Ementa:

Conceitos e tipos de planejamento. Planejamento governamental no Brasil. O pensamento estratégico aplicado à gestão governamental contemporânea. O planejamento estratégico público como ferramenta de implementação de políticas públicas. Os desafios do planejamento governamental de longo prazo (Planejamento e gestão estratégica). Planejamento em base territorial. Grandes cenários regionais brasileiros: regionalização e polos de um Brasil policêntrico, impactos dos investimentos e organização territorial. Desenvolvimento e território. Planejamento governamental e a estratégia de desenvolvimento brasileiro. A atual estratégia de desenvolvimento (o modelo de consumo de massa). Os quatro eixos de organização do PPA 2012-2015. A organização do PPA em programas temáticos.

D 4.3 - Análise e Interpretação de Indicadores (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a conhecer a disponibilidade, abrangência e potencialidade das pesquisas, fontes de dados, publicações e relatórios existentes no Sistema Estatístico Brasileiro e outras instituições nacionais e internacionais, para a construção de cenários e diagnósticos.

Ementa:

Sistema Estatístico Nacional e as principais fontes de dados e pesquisas econômicas, sociais e ambientais no Brasil (IBGE, Ministérios, etc) e no mundo. Principais publicações, Relatórios Sociais, Boletins de Conjuntura Econômica, Análises da Questão Ambiental. Principais indicadores para análise da conjuntura econômico, social e meio-ambiente. Indicadores Sintéticos e Painel de Indicadores no Brasil e no Mundo. A Metodologia de construção de indicadores de programas do Governo Federal.

D 4.4 – Métodos de planejamento aplicados ao desenho de programas (20h)

Objetivo:

Levar o aluno a conhecer e utilizar os conceitos e metodologias de planejamento público para o desenho de programas governamentais.

Ementa:

Alternativas metodológicas para desenho de programas. Principais características e conceitos do PES, Planejamento Estratégico Situacional e do ZOPP, Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos. O processamento de problemas. A metodologia do Modelo Lógico de Resultados e sua utilização como ferramenta auxiliar na sistematização dos trabalhos de

monitoramento e avaliação de programas governamentais. A nova metodologia de elaboração do PPA 2012-2015.

D 4.5 – Sistema de Planejamento Federal (32h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender o Sistema de Planejamento Federal; a lógica de hierarquização das opções estratégica de governo, setorial, tática e sua operacionalização pelos programas do PPA; os princípios e atributos do PPA; a função do PPA como instrumento de organização da ação pública; e aplicar a metodologia de elaboração de programas.

Ementa:

O planejamento governamental no Brasil nos últimos 20 anos: a era dos PPAs, a base legal do Plano Plurianual – PPA (a Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal), a interação dos três instrumentos que organizam a ação pública: o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Orçamento. A consolidação do modelo e desafios. Os Fundamentos do Sistema Federal de Planejamento: conceitos básicos do modelo de planejamento, orçamento e gestão por programas, o papel das Unidades Centrais e das Unidades Setoriais (estrutura organizacional e transversalidade). Plano Plurianual (PPA): Elementos, Sistemática de elaboração, elaboração da base estratégica e elaboração do quadro de consistência macroeconômica. O papel do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na assessoria e coordenação da programação setorial plurianual; processo de alocação dos recursos fiscais, investimentos das estatais (ações orçamentárias), outros recursos públicos e parcerias (ações não orçamentárias). O ciclo do PPA: Elaboração, Gestão, Monitoramento, Avaliação e Revisão. Elaboração de Programas no PPA: conceitos, metodologia e atributos dos programas. Oficina de Planejamento e elaboração de programas temáticos.

D 4.6 – Gestão, Avaliação e Revisão do PPA (20h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender o ciclo de gestão do PPA e atuar no monitoramento, avaliação e revisão dos programas.

Ementa:

Ciclo de gestão do PPA; gestão integrada do plano; a responsabilização por resultados. Modelo e Gestão do PPA 2008-2011 e para o PPA 2012-2015: os atores, arranjos para a gestão dos programas e Sistema de Monitoramento e Avaliação. Monitoramento de Programas: conceitos gerais utilizados no governo federal, tipos de monitoramento, informações gerenciais e gestão de restrições. Instrumentos de monitoramento e sistemas da União: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN e Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento - SISPAC. Monitoramento intensivo: PAC e Agenda Prioritária. Projetos de grande vulto: conceito, avaliação e perspectivas. Avaliação de Programas: conceito e tipos de avaliação. Avaliação do PPA. Revisão do Plano.

D 4.7 – Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (20h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender o papel e a importância do monitoramento e da avaliação no ciclo de gestão das políticas públicas, distinguindo objetivos, tipos e metodologias, bem como utilizar informações provenientes dos sistemas de monitoramento e avaliação para expandir e aprofundar o conhecimento institucional e apoiar a tomada de decisão governamental.

Ementa:

Monitoramento e avaliação de políticas públicas: conceituação e tipos. Avaliação de projetos sociais. Tipos de avaliação: *ex-ante* e *ex-post*, de resultados e de impacto, interna, externa, mista, participativa. Avaliação de processos. Critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Metodologias e aplicação.

D 4.8 – Bases Conceituais e Institucionais do Orçamento (12h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender as bases conceituais contemporâneo do orçamento na esfera pública e as bases instrumentais e legais do orçamento público no Brasil.

Ementa:

Conceito e finalidades do orçamento; técnicas orçamentárias (orçamento tradicional, base zero, orçamento-programa, participativo, por resultados, etc); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): conteúdos de acordo com a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, prazos; Lei Orçamentária Anual (LOA) orçamentos: fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas; conteúdos; prazos; natureza jurídica das leis orçamentárias; caráter autorizativo e mandatário; princípios: universalidade, não afetação das receitas, exclusividade. Rigidez orçamentária: vinculações e despesas obrigatórias.

D 4.9 – Sistema de Orçamento Federal (28h)

Objetivo:

Levar o aluno a consolidar alguns conceitos básicos que norteiam a prática orçamentária brasileira, com ênfase no processo orçamentário federal e mediante uma abordagem técnico-normativa que procura caracterizar os diferentes tipos de orçamentação pública. O aluno será levado, ainda, a conhecer os principais fundamentos do direito financeiro e as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente as referentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ementa:

O Sistema de Orçamento Federal: Órgão central (SOF), órgãos setoriais e seccionais; processo e sistema orçamentário. As funções do orçamento. Aspectos institucionais e legais da função orçamentária. Contexto legal e normativo do processo orçamentário. Modelos orçamentários. A reforma gerencial do orçamento (nova concepção de programa). Classificações orçamentárias e a transparência das operações orçamentárias. Classificação funcional e estrutura programática, tipos de operações orçamentárias (atividades, projetos e operações especiais). Classificação da despesa. A Lei de Responsabilidade Fiscal: princípios de responsabilidade na gestão das finanças públicas nacionais; a LRF como mecanismo de controle das contas públicas; as inovações orçamentárias; novas atribuições da Lei de Diretrizes Orçamentárias; a Receita Pública após a LRF; as Novas Exigências para a Geração de Despesas Públicas; a Dívida Pública; a transparência na elaboração e execução dos instrumentos de planejamento, execução e prestação de contas; a responsabilidade civil, penal e administrativa dos gestores públicos.

D 4.10- Aspectos Fiscais: Receita e Necessidade de Financiamento do Governo Central (20h)

Objetivo:

Levar o aluno a identificar os tipos de receita, atipicidades e sazonalidades em séries históricas, escolher indicadores econômicos e os modelos de projeção mais adequados para projetar as receitas. Levar o aluno, ainda, a compreender o histórico recente da política fiscal no Brasil e a introdução do regime de metas de resultado primário e como estas condicionaram a elaboração e execução dos orçamentos.

Ementa:

Histórico recente da política fiscal do Brasil. Receita: conceituação da receita pública (administrada, própria, vinculada; da previdência, etc); visão geral da gestão das receitas públicas (SOF, STN, SRF e Unidades Orçamentárias); metodologia de projeção das receitas; manual dos modelos de projeção – SIDOR III. Necessidade de Financiamento do Governo Central. Breve histórico da política fiscal recente no Brasil. Regime de metas de superávit primário e estabilização dívida/PIB. Fundamentos legais (Lei de Responsabilidade Fiscal). Processo Orçamentário – elaboração: macro etapas na elaboração do orçamento; conceitos de resultado fiscal (primário, nominal e operacional); principais agregados de receita e despesa

para fins de apuração de resultado; aspectos legais e institucionais. Processo Orçamentário – execução: a limitação de empenho conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

D 4.11 – Elaboração e Programação Orçamentária e Financeira (40h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender o processo de elaboração e programação orçamentária e financeira; compreender as consequências da política de metas fiscais sobre o processo de elaboração do orçamento da União; descrever as etapas qualitativa e quantitativa do processo de elaboração; preparar uma proposta orçamentária simplificada a partir de um cenário dado; e entender o processo de alteração e execução dos orçamentos.

Ementa:

O processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual. Bases para a elaboração da proposta orçamentária: programação do Plano Plurianual (PPA), as prioridades e as metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e parâmetros macroeconômicos. Dinâmica da elaboração da proposta; estabelecimento de parâmetros qualitativos (programas e ações orçamentárias) e quantitativos (limites, propostas setoriais, etc.). Propostas dos outros poderes (regras e prazos específicos). Orçamento de receita. Classificações orçamentárias (englobando, classificação funcional, estrutura programática, classificação funcional, classificação da despesa e da receita e perspectivas da adoção de nova classificação funcional). Alterações orçamentárias (tipos de alterações, créditos adicionais e outras alterações). Programação Orçamentária e Financeira (contingenciamento e aspectos legais envolvidos).

D 4.12 – Controle e Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira (20h)

Objetivo:

Levar o aluno a entender o papel e o funcionamento dos sistemas de controle da Administração Pública Federal e as informações orçamentárias e financeiras exigidas do setor público pelas leis 4320/64 e 101/2000.

Ementa:

Contabilidade Pública. Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O SIAFI Gerencial. Guia de Recolhimento da União – GRU. Programação financeira. Estágios da execução da despesa (empenho, liquidação e pagamento; suprimento de fundos) e da receita. Restos a pagar, dívida ativa e despesas de exercícios encerrados. Relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Demonstrações de encerramento do exercício: balanço orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. *Controle interno*: conceito, competências e organização da Controladoria Geral da União e da Secretaria Federal de Controle Interno; Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal - auditoria e fiscalização; tomada e prestação de contas. *Controle externo*: conceito e competências do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União; controles de conformidade: prestação, tomada e julgamento de contas; auditoria, fiscalização e inspeção; auditorias de natureza operacional: auditoria de desempenho operacional e avaliação de programas.

Trabalho Aplicado (24h)

Objetivo:

Levar o aluno a analisar a coerência, a viabilidade e o desempenho dos planos e programas de governo, à luz da estratégia de desenvolvimento, dos objetivos estratégicos governamentais, dos objetivos macroeconômicos e aos parâmetros de qualidade do gasto público.

Palestras e visitas técnicas (36h)

A realização de palestras ao longo do Curso de Formação atende aos seguintes objetivos:

- complementar e aprofundar temas abordados nas disciplinas;
- promover o debate sobre temas atuais e da agenda governamental;
- proporcionar aos alunos um primeiro contato com a realidade institucional e organizacional do governo.

As visitas técnicas serão na SPI e SOF e objetivam propiciar aos alunos conhecer as principais áreas de futura lotação, as equipes e suas principais atividades.

Equipe

Presidente

Paulo Sergio de Carvalho

Diretora de Formação Profissional

Maria Stela Reis

Coordenadora Geral de Formação

Cláudia Antico

Equipe Técnica

Anna Paula Feminella

Gabriel Felipe da Fonseca Dizner

José Luiz Pagnussat (Coordenador do Curso)

Klédina Rodrigues da Silva

Paula Cristina Mortari da Costa

Renata Fernandes Mourão

Secretaria Escolar

Florenice Campos Câmara (coordenadora interina)

Izabel Denise Pinheiro Morbeck

Eliene Pereira da Silva Dias

Jamil Silva Mansur

Estagiários

André Luiz Urcino Silva Valente

Danielle Gonçalves de Souza